

Na última sexta-feira, o deputado Magno Malta (PL-ES) foi buscar o candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Aeroporto de Vitória. Malta saiu em carreata com Lula e participou de um comício com o candidato petista. Mas, para presidente, o deputado do PL capixaba apóia o candidato do PSB, Anthony Garotinho. Na convenção do PL, os quatro votos contrários à aliança com Lula foram dele. No Espírito Santo, ele pedirá votos para Garotinho. Se o candidato do PSB for ao estado, ele também irá ao aeroporto recebê-lo. O deputado tem uma frase singela para explicar essa confusão: “No primeiro turno, sou Garotinho. Se o Lula for para o segundo turno, aí vou ser Lula desde garotinho”.

O caso de Magno Malta ilustra a salada em que se transformaram as eleições deste ano. Na prática, a verticalização criada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) simplesmente não pegou. A tese da verticalização estabelece que os partidos devem repetir nos estados as coligações que fizeram nas eleições para presidente. Na prática, isso dificilmente se verifica. As alianças informais desvirtuaram a lógica. No Amazonas, por exemplo, nenhum candidato a governador repete a coligação dos seus partidos nas eleições presidenciais.

A idéia nobre por trás da verticalização era buscar conferir maior coerência e homogeneidade ao voto. Outra idéia que não se verifica na prática. No Distrito Federal, por exemplo, o candidato preferido pelos eleitores para a Presidência é Ciro Gomes, do PPS. Mas quem lidera as pesquisas de intenção de voto para governador é Joaquim Roriz, do PMDB, que apóia a candidatura de Serra, o terceiro presidenciável na preferência do eleitorado. O candidato a governador na coligação de Ciro, o deputado estadual Carlos Alberto, do PPS, aparece em quinto lugar.

As pesquisas eleitorais reforçam a idéia de que a verticalização não está funcionando. Segundo o Datafolha, de cada 100 eleitores de Lula em São Paulo apenas 18 votam no candidato do PT ao governo de São Paulo, o deputado federal José Genoíno (SP) (*leia quadro*). A maioria, 40% dos eleitores de Lula, prefere um inimigo histórico do PT paulista, o candidato do PPB, Paulo Maluf. O caso do candidato do PSDB à Presidência, José Serra, no Rio de Janeiro é exatamente idêntico: apenas 18% dos seus eleitores votam em Solange Amaral, do PFL, a candidata apoiada por sua aliança no estado.

PREFERÊNCIAS

Em Minas, o vice-governador Newton Cardoso, do PMDB, apóia Lula. Mas a maioria dos eleitores do petista prefere Aécio Neves, do PSDB, que apóia Serra. Já a maior parte dos eleitores mineiros de Garotinho vota em Newton Cardoso. Em Minas, apenas cinco eleitores de Garotinho em cada cem prefere Margarida Vieira, a candidata do PSB. “Esses números revelam que os eleitores consideram o candidato mais importante do que o partido. Além disso, eles nem sabem o que é verticalização”, afirma Mauro Paulino, diretor do Datafolha. “Não se muda uma lógica política apenas porque se quer. A lógica da política brasileira sempre foi estadual. Querer alterá-la por decreto é uma loucura”, avalia o cientista político José Luciano Dias, do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep). “Querer colocar uma camisa-de-força na eleição não poderia dar certo mesmo”, emenda a cientista política Lúcia Hipólito. Os dois analistas lembram que, no iní-

Faltou combinar com os eleitores

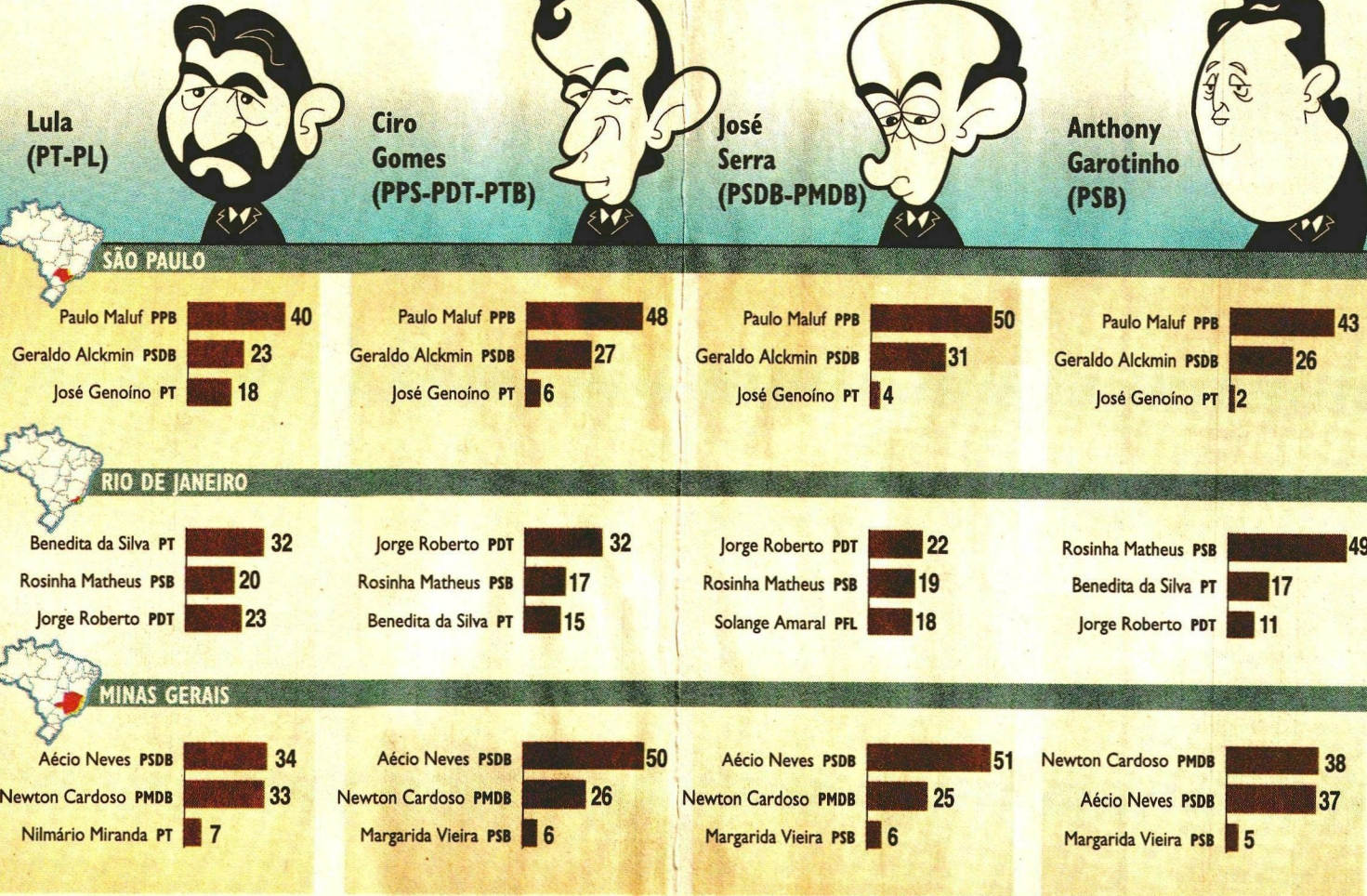
Manoel Serafim / Estado de Minas 9.7.02



PRAGMATISMO: CIRO GOMES (E), DO PPS, CONTA COM O TRABALHISMO DE CENTRO-DIREITA DO PTB NA SUA COLIGAÇÃO E COM O APOIO INFORMAL DE BOA PARTE DO PFL DE BORNHAUSEN

CONFUSÃO ELEITORAL

Como votam os eleitores dos candidatos à Presidência nos estados
Em %



Fonte: Data Folha (com base em pesquisas realizadas nos dias 4 e 5 de julho de 2002)

cio da história republicana do país, os partidos políticos eram estaduais (Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro etc). “Essa lógica continua permeando o cotidiano político brasileiro. E não é distorção alguma. É que os partidos são diferentes em cada estado. E são diferentes porque o carioca é diferente do gaúcho, não é igual ao mineiro”, explica Lúcia Hipólito. Para a cientista política carioca, não há incoerência no voto do eleitor que opta, por exemplo, em Lula e Maluf. “A escolha do eleitor é

aparentemente errática, mas é racional. A lógica não é nacional, como se queria e se forçou. Ela é estadual”, afirma. Para Mauro Paulino, do Datafolha, a taxa histórica dos eleitores que prioriza o candidato em vez do partido é de 70%. No caso das disparidades entre as preferências para presidente e para governador, ele afirma que o eleitor tem avaliações diferentes sobre os candidatos. “O voto estadual reflete a preocupação com problemas cotidianos, como segurança. Já o voto para presidente tem a ver com ques-

tões macropolíticas e macroeconômicas”, avalia. Luciano Dias observa que, apesar da verticalização, os palanques das eleições deste ano são, curiosamente, mais heterogêneos que em 1998. Nas eleições anteriores, os partidos de esquerda uniram-se em torno de Lula e os partidos de centro-direita estiveram com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora, Lula tem na sua aliança o Partido Liberal. Ciro Gomes tem o trabalhismo de centro-direita do PTB na sua coligação, além do apoio informal de boa parte

do PFL. Ou seja, nada de coerência ideológica e muito do pragmatismo que a verticalização buscava evitar. Nos estados, as uniões são ainda mais esdrúxulas, com apoios informais. “O partido acha uma forma de seguir a sua lógica de sempre. É como o cheque pré-datado: a invenção do consumidor para fugir das políticas de restrição ao crédito. Quando a lei não faz sentido, encontra-se um jeito de adaptar a lei à realidade”, conclui Lúcia Hipólito.

COLABOROU LEONARDO CAVALCANTI